



Articulação de Mulheres Brasileiras

**IV Conferência
Mundial das Nações
Unidas sobre a
Mulher**
Igualdade, Desenvolvimento e Paz

Beijing, Setembro/95

Articulação de Mulheres Brasileiras-Beijing 95

PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES ACREANAS RUMO A BEIJING
FORUM DE ENTIDADES AUTÔNOMAS DE MULHERES DE ALAGOAS
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO AMAZONAS RUMO A PEQUIM
ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO AMAPÁ
FORUM DE MULHERES DE SALVADOR
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO CEARÁ - PEQUIM 95
FORUM DE MULHERES DE BRASÍLIA
PRO-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO ESPÍRITO SANTO
ARTICULAÇÃO DE MULHERES DE GOIÁS PARA BEIJING
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO MARANHÃO RUMO A BEIJING
ARTICULAÇÃO DE MULHERES MINAS-PEQUIM
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DE CAMPO GRANDE
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO MATO GROSSO
ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO PARÁ
FORUM DE MULHERES PARAIBANAS RUMO A BEIJING
FORUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO
FORUM DE MULHERES DO PIAUÍ
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO PARANÁ RUMO A PEQUIM
ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO RIO DE JANEIRO - BEIJING 95
PRÓ-ARTICULAÇÃO DE MULHERES DO RIO GRANDE DO NORTE
FORUM DE MULHERES GAÚCHAS RUMO A PEQUIM
FORUM DE MULHERES DE FLORIANÓPOLIS
FORUM ESTADUAL DE MULHERES DE SERGIPE
FORUM DE MULHERES DE SÃO PAULO PARA AVALIAÇÃO DA DÉCADA
FORUM DE MULHERES DE RONDÔNIA
FORUM DE MULHERES DE RORAIMA

Secretaria Executiva

Hildézia Medeiros/CACES
Madalena Guillhon/CEMINA
Maria Rita Taulois/IDAC
Marta de Oliveira/ISER
Santinha Tavares dos Santos/CMB
Schuma Schumacher/REDEH
Wania Sant'Anna/FASE

Síntese do documento das
mulheres brasileiras

Síntesis del documento de
las mujeres brasileñas

Synthesis of brazilian
women's document

Esta publicação só foi possível graças ao apoio da
Agência Internacional Canadense de Desenvolvimento (AICD/CIDA)

HISTÓRICO DO PROCESSO DA ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS

Entre janeiro de 1994 e maio de 1995, mulheres brasileiras de 25 Estados e um Distrito Federal estiveram organizadas em Articulações e Fóruns Locais para a IV Conferência Mundial da Mulher. Foram realizados 91 eventos com participação de mais de 800 organizações. Na história do movimento de mulheres brasileiras não conhecemos nenhum outro evento internacional que tenha contado com tal mobilização nacional. As motivações para essa mobilização foram inúmeras, porém, a partir das análises já elaboradas, transparece como argumento mais sugestivo e uníssono, a vontade de reerguer o movimento local de mulheres.

Nesse sentido, Beijing foi vivido como pretexto e estratégia para reunir esforços, recarregar energias, fazer balanços e demonstrar o nosso potencial político de articulação. Envolvermos grupos de mulheres com marcada orientação feminista ou não, ONGs feministas, ONGs que têm as mulheres como grupo central de seus trabalhos ou não, grupos de mulheres atuantes em sindicatos, associações profissionais e de bairros, partidos políticos, igrejas, centros acadêmicos, além de outras organizações da sociedade civil que, também preocupadas com a cidadania e qualidade de vida das mulheres brasileiras, consideraram importantes os temas da IV Conferência Mundial.

Sem mascarar os limites pessoais e institucionais, nos desafiamos a refletir, juntas, sobre as desigualdades existentes entre: homens e mulheres; entre as mulheres brancas e mulheres de outras etnias; entre os que têm muito e outros que, materialmente, e só materialmente, nada têm. Reunimo-nos para discutir as diferenças entre: as mulheres portadoras de deficiência física e aquelas sem nenhuma deficiência aparente; aquelas que exercem a sua espiritualidade de distintas formas, abraçando inúmeras crenças; jovens e idosas; as do norte do país e as do sul; as urbanas e as rurais; as que amam os homens e aquelas que amam as mulheres, dentre muitas outras diferenças, nem sempre tão fundamentais. O esforço empregado nessa mobilização e discussão coletiva parece ter um sentido comum expressivamente singular: nesse planeta existem coisas arraigadas na cultura que nos limitam como seres humanos e estamos, organizadamente, dispostas a fazê-las cair por terra.

No início dos trabalhos (Janeiro, 1994), não podíamos imaginar que toda essa reflexão fosse possível na extensão e seriedade alcançadas. Começamos a nos reunir no sul do país para avaliar o que havia se passado na última década. Parecia simples. O desafio veio tranvestido na necessidade de pensar e agir, a partir daí, sobre qual seria a melhor maneira de um número maior, bem maior, de brasileiras, e não só as do sul, participarem da IV Conferência Mundial da Mulher, em suma, como transladar Beijing às terras brasileiras: **Mulheres Brasileiras Rumo à Beijing, Beijing é Aqui.**

TRILHANDO UM NOVO CAMINHO

Sim, houve embates, como por exemplo, sobre recursos financeiros. Reflexo da movimentação ultimamente criada na comunidade internacional frente às Conferências das Nações Unidas, algumas organizações de mulheres receberam uma representante da USAID, agência de cooperação do governo norte-americano, que se apresentou como a principal agência financiadora das atividades preparatórias à IV Conferência no continente latino-americano. Discussões ampliadas em torno da aceitação desse financiamento levou-nos a recusá-lo sob dois argumentos: o envolvimento daquela agência na consolidação do regime militar (1964-1985) e sua política em relação ao controle populacional; o que significa dizer uma política em relação a fertilidade e livre exercício da maternidade das mulheres brasileiras.

Foram momentos difíceis, mas ricos. Quem os viveu, viu. Quem não os viveu ouviu falar e agora muitas outras estão tendo a oportunidade de saber que: as nossas discussões não são limitadas aos recursos, embora saibamos o quanto temos direito a eles.

Seguimos em frente, criamos a **Articulação de Mulheres Brasileiras**, com uma **Secretaria Executiva** e um **Comitê Nacional**, composto de uma representante de cada Estado da Federação, em sistema de rodízio, para cada uma de suas reuniões. Assim, **Fóruns e Articulações Estaduais** constituem a base sobre a qual orquestramos nossas decisões.

É fato que, apesar do movimento feminista ter sempre apresentado reservas quanto às estruturas federativas, dados os riscos de hierarquização e apego aos princípios de horizontalidade, a prática desse processo, até o presente momento, de poder e responsabilidade compartilhada, tem sido rica e desafiadora.

É essa riqueza que se desprende da organização dos Fóruns e Articulações Estaduais, os responsáveis pela realização de todos aqueles eventos (seminários, encontros, jornadas, atividades culturais). Nós mulheres, percorremos muitas estradas, rios, céus do território nacional e estrangeiro, logramos reunir milhares de pessoas para ouvir nossas falas e colher subsídios para a elaboração de 22 documentos/diagnósticos estaduais, sendo o Documento das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial a síntese/resultado dessas perspectivas locais.

Produzimos um Documento Nacional histórico porque lançamos um olhar coletivo não apenas sobre o que havia ocorrido na última década, mas o que ocorre nas nossas vidas: alegrias, trizezas e propostas de mudanças. As reflexões são fruto de muito trabalho, correspondências trocadas, telefonemas, cinco reuniões do Comitê Nacional, onde realizávamos verdadeiras análises de conjuntura feminista, e uma **Conferência Nacional (Rio de Janeiro, 15 a 18 de Junho, 1995)** com participação de 700 mulheres que, deslocando-se por muitos milhares de quilômetros do país de dimensões continentais, enfrentando dois, três, quatro dias de viagem, trouxeram no rosto, nas falas e propostas o cotidiano marcado pela diversidade regional, racial, étnica, etária, opção sexual, complexidade física, credo, inserção política.

A Conferência Nacional aprovando propostas e celebrando a seriedade do processo transformou-se em um marco e as performances elaboradas pelas delegações estaduais e artistas especialmente convidadas para esse evento, uma demonstração de porque o feminismo, para além de um movimento político, é um movimento cultural comprometido com as necessidades materiais e espirituais dos seres humanos. Foi singelo e representativo. Ali o cansaço cedeu lugar ao orgulho de termos, mais uma vez, realizado aquilo que havíamos nos comprometido pessoal e coletivamente.

Sim, nossa caminhada até a China, com todas essas ações, é prova irrefutável de um ano e meio de trabalho realizado por mulheres - em horas roubadas aqui e ali. Além disso, uma resposta aos cenários que acenam para a fragmentação da sociedade civil organizada que desacreditam nas possibilidades e potencialidades das ações coletivas, reverenciando neoliberalismos explícitos na sobrevalorização das ações individuais. E, se nem tudo são flores, o jardim como ideal a ser encontrado, ainda não perdeu o seu encanto.

NOSSAS AÇÕES INTERNACIONAIS

Para as mulheres brasileiras, Beijing significou também uma maior articulação com a América Latina. Talvez não fosse errôneo dizer que a primeira iniciativa, nessa aproximação com vista à IV Conferência, tenha sido envolver-se no movimento que visava garantir à frente da **Coordenação Regional de ONGs da América Latina e Caribe** uma representante comprometida e francamente identificada com a problemática das mulheres latino-americanas dentro de uma perspectiva feminista.

Depois de constituída a Articulação de Mulheres Brasileiras e sua Secretaria Executiva, fomos regularmente chamadas a opinar sobre ações conjuntas e necessárias a materialização da articulação latino-americana. Propusemos a criação formal de um “Comitê Latinoamericano” de apoio a Coordenação Regional de ONGs, garantindo, ao mesmo tempo, uma operacionalidade política mais ampla aos seis pontos focais das seis sub-regiões do continente: Cone Sul; Andina; Brasil; Centro América; México; e Caribe. Naquele momento, tal estruturação fazia-se absolutamente necessária à realização da Conferência Preparatória do Fórum de ONGs da América Latina e Caribe (Mar del Plata, Setembro, 1994).

Os principais objetivos do Fórum de Mar del Plata, como ficou comumente conhecido, eram: dar visibilidade à mobilização das mulheres na região; promover a difusão de nossas propostas; elaborar o Documento Regional das ONGs e preparar as negociações com os Governos durante a Sexta Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina e do Caribe (Mar del Plata, Setembro, 1994 - que aconteceu logo a seguir à realização do Fórum de ONGs; e definir nossa agenda regional a partir dos resultados desse dois grandes encontros (não governamental e governamental).

As mulheres brasileiras estiveram expressivamente representadas no Fórum de Mar del Plata, o mais significativo encontro latino-americano e caribenho para Beijing: 1200 mulheres de 41 países. A delegação brasileira ultrapassou o número de cem mulheres, de vários estados da Federação, intervindo em um conjunto ampliado de temas: cidadania, participação política, comunicação, modelo de desenvolvimento, violência e direitos humanos, expressão e reivindicações específicas das mulheres negras, jovens, indígenas, lésbicas, deficientes físicas. Enfim, repassamos às mulheres latino-americanas não só as nossas preocupações, mas a nossa disposição de ajudar na construção de um documento plural.

Todo esse conteúdo e disposição política de contribuir serviu-nos também como passaporte junto à Delegação do Governo Brasileiro, que à ela incorporou duas representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, presentes na Sexta Conferência Regional, cujo objetivo era aprovar o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e Caribe - 1995-2001 e servir de Reunião Regional Preparatória da IV Conferência Mundial. É importante citar que também fizeram parte da Delegação Oficial Brasileira, feministas que acompanharam de perto os trabalhos de elaboração do Relatório Geral Sobre a Mulher na Sociedade Brasileira, documento oficial do Governo para a IV Conferência.

Após Mar del Plata, houve muitas outras reuniões e ações conjuntas incluindo representantes das seis sub-regiões: avaliação do próprio Fórum de Mar del Plata; continuação da Sexta Conferência Regional (Novembro, 1994); criação de Comissões de Trabalho junto a Coordenação Regional de ONGs - Instrumento Negociação e Lobby, Comunicação e Simbologia Cultural, com a presença de brasileiras em cada uma delas; análise e propostas à Plataforma de Ação; participação no último Prepcom da IV Conferência (Março, 1995); e a reunião de Redes Mundiais (Junho, 1995). Todo esse esforço na busca de consensos e estratégias comuns, aprofundamento de alianças e responsabilidades compartilhadas nos níveis nacionais e internacionais.

ACÕES JUNTO À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Todas nós sabemos as dificuldades encontradas em sensibilizar as agências de cooperação internacional a apoiar as atividades desenvolvidas por e para as mulheres, a experiência da Articulação Nacional não foi diferente, não fosse o imediato apoio do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Fundação Ford. As negociações posteriores com o

FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas, a Agência Internacional Canadense de Desenvolvimento (AICD/CIDA); Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF); OXFAM, GTZ, Fundação Mac Arthur, Serviço de Assessoria e Apoio a Projetos da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (SAAP/FASE), tudo seria um pouco mais difícil.

Mais do que aprender a negociar sem perder de vista os nossos objetivos, desenvolvemos a capacidade de convencimento, comprometimento e responsabilidade conjunta. Não queríamos apenas recursos mas adesão às idéias, a forma e a valorização do significado da palavra parceria. Porém é fato que é preciso fazer muitas outras e articuladas gestões no sentido de garantir atenção às necessidades das mulheres nas diversas dimensões de suas vidas.

Contribuição das Organizações de Mulheres Brasileiras para a Plataforma de Ação

As organizações de mulheres, participantes da Conferência Nacional - Rumo a Beijing, reunidas nos dias 15 a 18 de junho de 1995, como parte do processo preparatório da IV Conferência Mundial da Mulher, identificaram algumas prioridades e propõem ao Governo Brasileiro e aos Governos da América Latina e do Caribe, como contribuição à Plataforma de Ação, que adotem os seguintes compromissos de políticas e medidas de ação:

1. Reafirmar na IV Conferência Mundial da Mulher as conquistas obtidas na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), na Conferência de Direitos Humanos (1993), na Conferência de População e Desenvolvimento (1994) e na Cúpula de Desenvolvimento Social (1995), avançando sobre seus limites e impedindo retrocessos em relação aos acordos já obtidos.

2. Adotar o conceito de gênero na Plataforma de Ação, uma vez que o mesmo refere-se à construção social do masculino e do feminino e às relações que se estabelecem entre homens e mulheres, uma vez que o termo sexo é restritivo e se refere apenas à condição biológica, desconsiderando que as discriminações e desigualdades são de caráter cultural, social e econômico.

3. Estabelecer mecanismos de monitoramento que garantam a efetiva implementação das propostas contidas na Plataforma de Ação.

4. Garantir recursos necessários para o cumprimento da Plataforma de Ação.

5. Reafirmar que todos os Direitos Humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e estão interrelacionados, reconhecendo a violação dos direitos das mulheres como violação dos direitos humanos.

6. Priorizar o efetivo cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

7. Reconhecer que a construção e o fortalecimento da democracia exige a plena participação das mulheres em condições de igualdade com os homens. Garantir direitos

civis, políticos, reprodutivos, sexuais, sociais e culturais para mulheres e homens, visando o pleno exercício da cidadania e o fim das desigualdades sociais.

8. Buscar um desenvolvimento integrado, auto sustentado, comprometido com a justiça social e que toma a cidadania como centro, implementando políticas públicas de combate às desigualdades sociais, étnicas e de gênero, com perspectiva de eliminar todas as formas de opressão e violência. Reconhecer a prioridade em políticas sociais, no investimento em recursos humanos, na busca da sustentabilidade ambiental, no incentivo às atividades agrícolas, democratizando o acesso à terra, ao crédito rural e às estruturas de comercialização.

9. A erradicação da pobreza deve ser uma das metas governamentais, como um imperativo social, político e econômico; geração de empregos; acesso universal e equitativo à saúde integral e à educação não-discriminatória, pública, gratuita e de qualidade.

10. Transformação e reestruturação do Estado, aprofundando seu papel como principal responsável pelas políticas sociais. Remodelação das instituições e das práticas, a fim de promover maior representação, participação e responsabilidade ante a cidadania.

11. O Estado deve-se pautar pelo princípio do bem estar social, comprometendo-se com as políticas públicas para as mulheres, com programas de promoção da igualdade de oportunidades e de mobilidade social, principalmente para as mulheres pobres e de grupos étnico-raciais vitimizados por práticas de exclusão social; e com o uso do poder legal contra as discriminações por conta de raça, etnia, gênero, portadoras de deficiência, e preferência sexual, em distintas esferas da vida social.

12. Incorporar a perspectiva de gênero no planejamento, definição e implementação de políticas públicas.

13. Ampliar a oferta de trabalho com oportunidades iguais para mulheres e homens, eliminando o fosso entre eles, promovendo ações positivas para favorecer a desagregação sexual das ocupações e da capacitação.

14. Garantir o direito ao trabalho a todas as mulheres, adotando medidas específicas para fiscalizar e coibir as práticas discriminatórias no acesso ao trabalho formal às mulheres jovens, casadas, negras, índias, portadoras de deficiência, grávidas e da terceira idade.

15. Garantir às trabalhadoras rurais o direito à terra, e ao crédito e capacitação para a produção e gestão.

16. Integrar a mulher indígena em todos os níveis de planejamento para o desenvolvimento do país, reconhecendo seu caráter pluricultural e multilíngüe.

17. Promover o combate à violência contra as mulheres que se expressa em todas as esferas da vida pessoal e pública.

18. Garantir o combate à violência racial e étnica.

19. Estabelecer medidas de cooperação internacional multilateral para combater todas as formas de violência, exploração sexual, tráfico de mulheres, crianças e adolescentes e promoção do turismo sexual.

20. Controle e punição rígida das agências de turismo que exploram, direta ou indiretamente, a prostituição de mulheres, crianças e adolescentes.

21. Garantir, através da rede pública, o direito à saúde integral das mulheres, em todas as fases da vida, atentando para as especificidades raciais e étnicas; o acesso a todos os métodos anticoncepcionais com orientação médica; e a realização de abortos.

22. Implementação de campanhas públicas com vistas a esclarecer a população feminina sobre questões como: DST/AIDS; câncer cérvico uterino, mamário e outras doenças possíveis de prevenção.

23. Implementar programas de redução da mortalidade materna e perinatal.

24. Criar e implementar na rede de saúde, serviços de prevenção, apoio e orientação aos portadores do HIV e outras doenças estigmatizadas socialmente. Proporcionar o acesso rápido e seguro ao teste do HIV.

25. Criar comitês de ética para fiscalizar e acompanhar pesquisas em tecnologias conceptivas, contraceptivas, de equipamentos e medicamentos da área da medicina e da estética.

26. Dar condições do exercício pleno da cidadania e dos direitos às mulheres portadoras de deficiência: estabelecendo e garantindo o acesso à educação; ao trabalho, ao lazer e aos serviços de saúde e medicamentos; eliminando as barreiras arquitetônicas; adaptando os meios de transporte; criando centrais de atendimento e de informação dos serviços.

27. Promover uma educação integral com perspectiva de gênero, orientada para o pleno desenvolvimento da dignidade humana, que transforme os padrões culturais discriminatórios e que contribua para construir uma sociedade igualitária.

28. Implementação de políticas públicas que facilitem o acesso das mulheres à educação. Adoção de projetos voltados para a escolarização de adultos que observem a realidade das mulheres de hoje.

29. Combate à reprodução de idéias, valores e práticas discriminatórias contra a mulher e grupos étnico-raciais, presentes nos manuais pedagógicos, planos de curso, livros didáticos e no cotidiano escolar.

30. Garantir que todos os sistemas estatísticos contemplem a perspectiva de gênero desde a coleta de dados, desagregando-os por sexo, idade, etnia, e raça, até a análise dos mesmos.

31. Considerar para efeito das estatísticas e contabilidade nacional, o trabalho de reprodução social.

32. Garantir a democratização dos meios de comunicação, o acesso das mulheres a esses meios e a veiculação de imagens e conteúdos não discriminatórios que mostrem a pluralidade do gênero feminino.

33. Criar mecanismos que permitam uma participação real e igualitária das mulheres nas instâncias de decisão em todos os âmbitos da sociedade.

34. Fortalecimento de organismo especializado para formular, coordenar, avaliar e monitorar as políticas públicas voltadas para a especificidade das mulheres e a busca da equidade de gênero. Este organismo deve estar em lugar de alta hierarquia no executivo, com autonomia administrativa e de gerenciamento do orçamento, contando com recursos financeiros definidos no orçamento governamental.

35. Criar comitês de mulheres junto a órgãos internacionais de financiamento que garantam uma perspectiva de gênero nos projetos de desenvolvimento.

36. Garantir o papel das organizações de mulheres no monitoramento da implementação da Plataforma de Ação.

ARTICULACION DE MUJERES BRASILEÑAS RUMBO A BEIJING: UNA HISTORIA

Entre enero y mayo de 1995, mujeres brasileñas de 25 Estados de la Federación y del Distrito Federal estuvieron organizadas en Aticulaciones y Foros Locales para la IV Conferencia Mundial de la Mujer. Fueron realizados 91 eventos con la participación de más de 800 organizaciones. En la historia del Movimiento de Mujeres Brasileñas no se conoce ningún otro eventos internacional que haya contado con tal movilización nacional. Las motivaciones para esa movilizaciones fueron innumerables. Sin embargo, a partir de los análisis elaborados, se revela como argumento más sugestivo y unísono la voluntad de resurgir al movimiento local de mujeres.

En este sentido, Beijing fue vivido como pretexto y estrategia para reunir esfuerzos recargar energías, hacer balances y demostrar el potencial político de las mujeres con marcada orientación feminista o no, ONG's feministas, ONG's que tienen a las mujeres como grupo central de sus trabajos o no, grupos de mujeres actuantes en sindicatos, asociaciones profesionales y de barrios, partidos políticos, iglesias, centros académicos, además de otras organizaciones de la sociedad civil que, también preocupadas con la ciudadanía y la calidad de vida de las mujeres brasileñas, consideran importantes los temas de la IV Conferencia.

Sin enmascarar los límites personales e institucionales, nos propusimos como desafío hacer juntas una reflexión sobre las desigualdades existentes entre: hombres y mujeres, entre blancas, negras y de otras etnias; entre los que tienen mucho y otros que, materialmente y solamente materialmente nada tienen. Nos reunimos para discutir las diferencias entre discapacitadas y aquellas sin ninguna discapacidad aparente, entre aquellas que ejercen su espiritualidad de distintas formas, abrazando innumerables creencias, jóvenes y mujeres de edad; las del norte del país y las del sur, las urbanas y las rurales, las que aman a los hombres, las que aman a las mujeres y las que aman a ambos sexos, y muchas más diferencias no siendo siempre tan fundamentales. El esfuerzo empleado en esa movilización y discusión colectiva parece tener un sentido común expresado en singular: en este planeta existen cosas arraigadas en la cultura que nos limitan como seres humanos y estamos, organizadamente dispuestas a desconstruirlas.

En el inicio de los trabajos en enero del año pasado, no podíamos imaginar que fuese posible la extensión y la seriedad que alcanzó toda esta reflexión.

Comenzamos a reunirnos en el sur del país para evaluar lo que había pasado en la última década, parecía una cosa simple, el desafío venía transvestido con la necesidad de pensar y actuar, nos preguntamos ¿Cuál sería la mejor manera para que no solamente las mujeres del sur participasen en el proceso sino también las del resto del país? ¿Cómo trasladar Beijing a las tierras brasileñas? Llegamos por fin a la conclusión de que Beijing ya estaba en el Brasil, fue entonces cuando decidimos usar la siguiente frase: "Mujeres Brasileñas Rumbo a Beijing, Beijing es Aquí".

ABRIENDO UM NUEVO CAMINO

Sí, hubo embates, como por ejemplo, sobre los recursos financieros. Como reflejo del movimiento creado últimamente en la comunidad internacional frente a las conferencias de las Naciones Unidas, algunas organizaciones de mujeres recibieron representantes de la USAID, agencia de cooperación del gobierno norteamericano que se presentó como la

principal agencia financiadora de las actividades preparatorias de la IV Conferencia en el subcontinente latinoamericano. Discusiones ampliadas en torno a la aceptación de ese financiamiento, nos llevó a rechazarlo bajo dos argumentos: el involucramiento de aquella agencia en la consolidación del régimen militar (1964-1985); y su política en relación al control de población; lo que significa una política sobre el libre ejercicio de la maternidad y la fertilidad de la mujeres brasileñas.

Fueron momentos difíciles, pero enriquecedores. Vivirlos, para verlos. Quien no los vivió, escuchó hablar de ellos y ahora muchas están teniendo la oportunidad de saber que: nuestras discusiones no se limitan a los recursos, aún sabiendo cuanto derecho tenemos a ellos .

Seguimos hacia adelante, creamos la Articulación de Mujeres Brasileñas, como una Secretaria Ejecutiva y un Comité nacional, compuesto por una representante de cada uno de los Estados de la Federación, bajo un sistema rotación, en cada una de las reuniones. Así Foros y articulaciones Estatales constituyeron la base sobre la cual orquestamos nuestras decisiones.

Es un hecho que, la práctica de este proceso, hasta el momento presente ha sido rica y desafiante, a pesar de que el movimiento feminista siempre presentó desconfianzas en lo concerniente a las estructuras federativas, debido a los riesgos de jerarquización a la que éstas pueden conllevar y al apego a los principios feministas de horizontalidad.

Es esa riqueza que se desprende de la organización de los Foros y Articulaciones Estatales, de donde se derivaron todos los demás eventos: seminarios, encuentros y jornadas, actividades culturales.

Recorrimos muchas carreteras, ríos y cielos del territorio nacional y extranjero, logramos reunir millares de personas para que escucharan nuestra palabra; y recoger más datos para la elaboración de 22 documentos/diagnósticos estatales, siendo el Documento de las Mujeres Brasileñas la síntesis/resultado de esas perspectivas locales.

Elaboramos un Documento Nacional histórico porque lanzamos una mirada colectiva no solamente sobre lo que había ocurrido en la última década, sino también sobre lo que sucedía en nuestras vidas: alegrías, tristezas y propuestas de transformaciones. Las reflexiones fueron fruto de mucho trabajo, correspondencias, intercambiadas, telefonemas, cinco reuniones del Comité Nacional, en donde realizábamos verdaderos análisis de coyuntura feminista, y una Conferencia Nacional (Río de Janeiro, junio 1995) con participación de millares de kilómetros del país de dimensiones continentales, enfrentando dos, tres, cuatro días de viaje, trajeron en rostros, palabras y propuestas el cotidiano marcado por la diversidad de: regiones, raciales, étnicas, generacionales, opciones sexuales, complejidades físicas, credos e inserciones políticas.

La Conferencia Nacional al aprobar propuestas y al conferir seriedad al proceso, se transformó en un marco de referencia; y las actuaciones elaboradas por las delegaciones estatales y artísticas especialmente invitadas para dicho evento demostraron por qué el feminismo, más allá de ser un movimiento político es un movimiento de seres humanos. Fue sencilla y representativa. Allí el cansancio cedió el lugar al orgullo de haber realizado una vez más, aquello con lo que nos habíamos comprometido personal y colectivamente.

Sí, nuestra caminata hasta China, con todas esas acciones, es prueba irrefutable de un año y medio de trabajo realizado por mujeres, en horas robadas aquí y allá. Más allá de eso, es una respuesta a los escenarios que señalan fragmentación de la sociedad civil organizada, que desacreditan en las posibilidades y potencialidades de las acciones colectivas, reverenciando neoliberalismos explícitos en la sobrevaloración de las acciones individuales. Y no todo fueron flores, el jardín ideal a ser encontrado, todavía no ha perdido su encanto.

NUESTRAS ACCIONES INTERNACIONALES

Para un conjunto de organizaciones de mujeres brasileñas el proceso rumbo a Beijing significó, también una mayor articulación con América Latina. Tal vez no sea erróneo decir que la primera iniciativa, en esa aproximación con vista a la IV Conferencia, haya sido involucrarse con el movimiento que tenía por fin, garantizar al frente de la Coordinación Regional de ONG's de América Latina y del Caribe una representante comprometida y francamente identificada con la problemática de las mujeres latinoamericanas dentro de una perspectiva feminista.

Después de constituida la articulación de Mujeres Brasileñas y su Secretaría Ejecutiva, fuimos regularmente llamadas a opinar sobre acciones conjuntas y necesarias materializaciones de la articulación latinoamericana. Propusimos la creación formal de un "Comité latinoamericano" de apoyo a la Coordinación Regional de ONG's, garantizando al mismo tiempo, una operacionalidad política pero ampliada a los seis puntos focales de las seis sub-regiones del continente: Cono sur, Andina, Brasil, Centroamérica, México y el Caribe. El aquel momento, tal estructuración era absolutamente necesaria para la realización del Foro de ONG's de América Latina y el Caribe (Mar del Plata, septiembre 1994).

Los principales objetivos del Foro de Mar del Plata, como quedó comúnmente conocido, fueron: dar visibilidad a la movilización de las mujeres en la región, promover la difusión de nuestras propuestas; elaborar el Documento Regional de las ONG's y preparar las negociaciones con los Gobiernos durante la Sexta Conferencia Regional sobre Integración de la Mujer al Desarrollo Económico y Social de América Latina y del Caribe (Mar del Plata, septiembre 1994 sucedida después de la realización del Foro de ONG's); y definir nuestra agenda regional a partir de los resultados de esos dos grandes encuentros (No Gubernamental y Gubernamental).

Las mujeres brasileñas estuvieron expresamente representadas en el Foro de Mar del Plata, el más significativo encuentro latinoamericano y caribeño para Beijing, asistieron 1200 mujeres de 41 países de América Latina. La delegación brasileña excedió el número de cien mujeres, provenientes de varios estados de la Federación, interviniendo en un conjunto ampliado de temas: ciudadanía, participación política, comunicación, modelo de desarrollo, violencia y derechos humanos, expresiones y reivindicaciones específicas de las mujeres negras, jóvenes, indígenas, lesbianas, discapacitadas. En fin, impregnamos a las mujeres del resto de Latinoamérica no solo de nuestras preocupaciones sino también de nuestra disposición de ayudar en la construcción de un documento plural.

Todo ese contenido y disposición política de contribución, nos sirvió como pasaporte con la Delegación del Gobierno Brasileño presente en la Sexta Conferencia Regional, ya que incorporó dos representantes de la Articulación de Mujeres Brasileñas, cuyos objetivos eran aprobar el Programa de Acción Regional para las Mujeres de América Latina e Caribe (1995-2001); y servir como Reunión Regional Preparatoria de la IV Conferencia Mundial. Es importante citar que también hicieron parte de la Delegación Oficial Brasileña feministas que acompañaron muy de cerca los trabajos de la elaboración del Relatorio General sobre la Mujer en la Sociedad Brasileña.

Después de Mar del Plata, hubo otras reuniones y acciones conjuntas incluyendo representantes de las seis sub-regiones: evaluación del propio Foro de Mar del Plata, continuación de la Sexta Conferencia Regional (noviembre 1994); creación de Comisiones de Trabajo en conjunto con la Coordinación regional de ONG's, Instrumento de Negociación y Lobby, Comunicación y Simbología Cultural, con la presencia de brasileñas en cada una de ellas; análisis y propuestas en la Plataforma de Acción vis à vis; participación en la última Precom de la IV Conferencia (marzo 1995); y en la reunión de Redes Mundiales (junio 1995). Todo ese esfuerzo en la búsqueda de consensos y responsabilidades compartidas a nivel nacional e internacional.

ACCIONES JUNTO A LA COOPERACION INTERNACIONAL

Todas sabemos las dificultades encontradas en sensibilizar a las agencias de cooperación internacional para apoyar las actividades desarrolladas por y para las mujeres, no es diferente la experiencia de la Articulación Nacional.

Todo hubiera sido más difícil sin el apoyo de las siguientes organizaciones: Fondo de Naciones Unidas para la Mujer (UNIFEM), Fundación Ford, Agencia Internacional de Desarrollo (AICD/CIDA); Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF); Oxfam, GTZ, Fundación Mac Arthur, Servicio de Asesoría y apoyo a Proyectos de la Federación de Organos de Asistencia Social y Educacional (SAAP/FASE).

Más que aprender a negociar-sin perder de vistas nuestros objetivos- desarrollamos la capacidad de convencimiento, compromiso y responsabilidad conjunta. No queríamos únicamente recursos sino también adhesiones a las ideas, a la forma y a la valorización de la palabra cooperación. Si los recursos aquí y allí, fueron mínimos frente a nuestras necesidades, no dejamos de subrayarlos. Sin embargo, es un hecho que se necesita hacer otras gestiones en el sentido de garantizar atención a las necesidades de las mujeres en las diversas dimensiones de sus vidas.

Contribución de las Organizaciones de Mujeres Brasileñas para la Plataforma de Acción

Las organizaciones de mujeres, participamos de la Conferencia Nacional, Rumbo a Beijing, reunidas entre los días 15 y 18 de junio de 1995, como parte del proceso preparatorio de la IV Conferencia Mundial de la Mujer, identificamos algunas prioridades y propusimos al Gobierno Brasileño y a los Gobiernos de América Latina y del Caribe, como contribución a la Plataforma de Acción, que adopten los siguiente compromisos de políticas y medidas de acción:

1. Reafirmar en la IV Conferencia Mundial de la Mujer las conquistas obtenidas en la Conferencia de Medio Ambiente y Desarrollo (1992), en la Conferencia de Derechos Humanos (1993), en la Conferencia de Población y Desarrollo (1994) y en la Cúpula de Desarrollo Social (1995), avanzando sobre sus límites e impidiendo retrocesos en relación a los acuerdos ya obtenidos.

2. Adoptar el concepto de género en la Plataforma de Acción, una vez que el mismo se refiere a la construcción social de lo masculino y de lo femenino y a las relaciones que se establecen entre hombres y mujeres, ya que el término sexo es limitado y alude solamente a la condición biológica, no tomando en consideración que las discriminaciones y desigualdades son de carácter cultural, social y económico.

3. Establecer mecanismos de monitoreo que garanticen la efectiva implementación de las propuestas contenidas en la Plataforma de Acción.

4. Garantizar recursos necesarios para el cumplimiento de la Plataforma de Acción.

5. Reafirmar que todos los Derechos Humanos son universales, indivisibles, interdependientes y están interrelacionados, reconociendo la violación de los derechos de las mujeres como violación de los derechos humanos.

6. Priorizar el efectivo cumplimiento de la Convención sobre la eliminación de todas las Formas de discriminación contra la Mujer y de la Convención Interamericana para Prevenir y Erradicar la Violencia contra la Mujer.

7. Reconocer que la construcción y el fortalecimiento de la democracia exige plena participación de las mujeres en condiciones de igualdad con los hombres. Garantizar derechos civiles, políticos, reproductivos, sexuales, sociales y culturales para mujeres y hombres, teniendo como fin el pleno ejercicio de la ciudadanía y acabar con las desigualdades.

8. Buscar un desarrollo integrado, auto-sustentado, comprometido con la justicia social y que toma como centro a la ciudadanía, implementando políticas públicas de combate a las desigualdades sociales, étnicas y de género, con la perspectiva de eliminar todas las formas de opresión y violencia.

Reconocer a las políticas sociales como una prioridad, en la inversión en recursos humanos, en la búsqueda de sustentabilidad ambiental, incentivando las actividades agrícolas, democratizando el acceso a la tierra, al crédito rural y a las estructuras de comercialización.

9. La erradicación de la pobreza debe ser una de las metas gubernamentales como un imperativo social, político y económico; generación de empleos; acceso universal y equitativo a la salud integral y a la educación -no discriminatoria-, pública, gratuita y de calidad.

10. Transformación y re-estructuración del Estado, profundizando sobre su papel de principal responsable de las políticas sociales. Remodelación de las instituciones y de las prácticas, con el fin de promover una mayor representación, participación y responsabilidad ante la ciudadanía.

11. El Estado debe regirse por el principio del bienestar social, comprometiéndose con las políticas públicas para las mujeres, con programas de promoción de la igualdad de oportunidades y de movilidad social, principalmente para las mujeres pobres y de grupos étnico-raciales victimizados por prácticas de exclusión social; y con el uso del poder legal contra las discriminaciones en razón de su raza, etnia, género, discapacidad, preferencia sexual, en distintas esferas de la vida social.

12. Incorporar la perspectiva de género a la planeación, definición e implementación de las políticas públicas.

13. Ampliar la oferta de trabajo con oportunidades iguales para las mujeres y los hombres, eliminando el abismo existente entre ellos, promoviendo acciones positivas para favorecer la separación sexual de las ocupaciones y de la capacitación.

14. Garantizar el derecho al trabajo a todas las mujeres, adoptando medidas específicas para fiscalizar e impedir las prácticas discriminatorias en el acceso al trabajo formal de mujeres jóvenes, casadas, negras, indias, discapacitadas, embarazadas y de la tercera edad.

15. Garantizar a las trabajadoras rurales el derecho a la tierra, el crédito y la capacitación para la producción y gestión.

16. Integrar a la mujer indígena en todos los niveles de planeación para el desarrollo del país, reconociendo su carácter pluricultural y multilingüe.

17. Promover el combate a la violencia contra las mujeres que se expresa en todas las esferas de la vida personal y pública.

18. Garantizar el combate a la violencia racial y étnica.

19. Establecer medidas de cooperación internacional multilateral para combatir todas las formas de violencia, explotación sexual y tráfico de mujeres, menores de edad y promoción del turismo sexual.

20. Control y penalidad rigida a las agencias de turismo sexual que explotan, directa o indirectamente, la prostitución de mujeres y menores de edad.

21. Garantizar a través de la red pública, el derecho a la salud integral de las mujeres, en todas las fases de la vida, tomando en cuenta las especificidades raciales y étnicas; el acceso a todos los métodos anticonceptivos con orientación médica; y la realización de abortos.

22. Implementación de campañas públicas con miras a aclarar a la población femenina cuestiones sobre: DST/AIDS; cáncer cérvicouterino, mamario y otras enfermedades de posible prevención.

23. Implementar programas de reducción de la mortalidad materna y perinatal.

24. Crear e implementar en la red de salud, servicios de prevención, apoyo y orientación a las y los portadores del HIV y otras enfermedades estigmatizadas socialmente. Proporcionar el acceso rápido y seguro al examen de HIV.

25. Crear comités de ética para fiscalizar y acompañar a las investigaciones en tecnologías de fertilización, contraceptivas, de equipamiento médico y medicamentos en el área de la medicina estética.

26. Dar condiciones de ejercicio pleno a la ciudadanía y a los derechos de las mujeres discapacitadas: estableciendo y garantizando el acceso a la educación; al trabajo, al descanso y a los servicios de salud y medicamentos; eliminando las barreras arquitectónicas; adaptando los medios de transportes; creando centrales de atención y de información de servicios.

27. Promover una educación integral con perspectiva de género, orientada para el pleno desarrollo de la dignidad humana, que transforme los patrones culturales discriminatorios y que contribuya a la construcción de una sociedad igualitaria.

28. Implementación de políticas públicas que faciliten el acceso a las mujeres a la educación. Adopción de proyectos dirigidos hacia la escolarización de adultos que tomen en cuenta la realidad de las mujeres de hoy.

29. Combatir la reproducción de ideas, valores y prácticas discriminatorias contra las mujeres y grupos étnico-raciales, presentes en los manuales pedagógicos, planes de cursos, libros didácticos y en el cotidiano escolar.

30. Garantizar que todos los sistemas estadísticos contemplen la perspectiva de género desde la recolección de datos, desagregándolos por sexo, edad, etnia y raza, hasta el análisis de los mismos.

31. Considerar para efecto de las estadísticas y de la cuenta nacional, el trabajo de reproducción social.

32. Garantizar la democratización de los medios de comunicación, el acceso de las mujeres a esos medios y la transmisión de imágenes y contenidos no discriminatorios que muestren la pluralidad del género femenino.

33. Crear mecanismos que permitan una participación real e igualitaria de las mujeres en las instancias de decisión en todos los ámbitos de la sociedad.

34. Fortalecimiento del organismo especializado para formular, coordinar, avalar y monitoriar las políticas públicas dirigidas a las especificidades de las mujeres y a la búsqueda de la equidad de género. Este organismo debe estar en un lugar en la alta jerarquía del ejecutivo, con autonomía administrativa y de gerenciamiento de presupuesto, contando con recursos financieros definidos en el presupuesto gubernamental.

35. Crear comités de mujeres junto a los órganos internacionales de financiamiento que garanticen una perspectiva de género en los proyectos de desarrollo.

36. Garantizar el papel de las organizaciones de mujeres en el monitoreo de la implementación de la Plataforma de Acción.

ARTICULATION OF BRAZILIAN WOMEN HISTORY OF THE ARTICULATION PROCESS

From January 1994 to May 1995, Brazilian women from 25 different states and the Federal capital organized in local networks and forums for the 4th World Conference on Women. A total of 91 events were held with over 800 organizations participating. In the history of the Brazilian women's movement, no other international event has led to such intense nationwide mobilization. The reasons were many, but all evidence thus far points to a widespread desire to rebuild the Brazilian women's movement at the local level.

The Beijing process has thus been experienced as a motivating factor and strategy to join efforts, recharge energy, reassess agendas, and demonstrate our political potential for articulation. We consist of women's groups both with and without a marked feminist orientation, feminist NGOs, NGOs both with and without women as the main focus of their work, women's groups acting in trade unions, professional and neighborhood associations, political parties, churches, student unions, and other organizations from civil society that are also concerned with Brazilian women's citizenship and quality of life and thus consider the issues of the 4th World Conference important.

Without denying personal and institutional limitations, we have risen to the challenge of reflecting together on the existing inequalities between men and women, between white women and women of other ethnic groups, and between those who have a great deal and those who have nothing in the material sense. We have met together to discuss differences between women with physical disabilities and those who have no apparent disability; those who exercise their spirituality in various ways and embrace different beliefs; young and elderly; coming from all corners of the country; urban and rural; and those who love men and those who love women; in addition to many other differences, which were not always so fundamental. The effort going into this mobilization and collective discussion appears to have an explicitly unique common meaning: that on this planet there are things rooted in culture that limit us as human beings, and that we are willing and organized to abolish such limitations.

As our work began (January 1994), we could not imagine that all this reflection would be possible, to the extent and degree of seriousness that we have now achieved. We began to meet in the South of Brazil to evaluate what had happened over the last decade, and this appeared to be a simple task. The challenge increased as the need became clear to think and act from there on, concerning the best way to bring a larger number of Brazilian women together (not only from the South) to participate in the 4th World Conference on Women and how to bring Beijing home to Brazil: "Brazilian Women on the Road to Beijing, Beijing is Here".

TAKING A NEW PATHWAY

Yes, there were confrontations, including the issue of financial resources for participating in the Conference. As a result of recent developments in the international community vis-à-vis United Nations Conferences, some Brazilian women's organizations met with a representative from USAID, the United States Agency for International Development, which presented itself as the main funding agency for the Latin American preparatory activities prior to the 4th World Conference. Broader discussions concerning the issue of whether to accept this funding led us to decline it, based on two arguments: USAID's role in consolidating the military regime in Brazil (1964-1985) and its policy relating to population control, i.e., its policy regarding fecundity and the free exercise of maternity by Brazilian women.

These were difficult yet enriching moments, as witnessed by those who participated in the discussions. Those who did not participate directly have heard about the debate, and many other women now have the opportunity to know that our discussions are not limited to funding, even though we know such funds are ours by right.

We went on to create a network known as the *Articulation of Brazilian Women*, with an *Executive Secretariat* and a *National Committee*, made up of one representative from each state of Brazil, on a rotating basis for each one of the meetings. Thus, *Forums* and *State Networks* are the basis on which we have coordinated our decisions.

It is a fact that although the feminist movement in Brazil has always been wary of federative structures, given the risk of hierarchical ordering and adherence to the principle of horizontality, thus far this practice of shared power and responsibility has been a rich, challenging process.

It is this richness that we see in the organization of the Forums and State Networks, which were in charge of organizing all the events (seminars, meetings, workshops, and cultural activities). We women travelled by land, river, and air, both in Brazil and abroad, bringing thousands of people together to hear our talks and gather material for drafting the 22 different state reports and assessments. The Document of Brazilian Women for the 4th World Conference is a synthesis resulting from all these local perspectives.

We have produced a historical National Document because we have taken a collective view not only of what has occurred in the last decade but also of what is now occurring in our lives: joy, sadness, and proposals for change. Our reflections are the results of much work, correspondence, phone calls, and five meetings of the National Committee, in which we performed veritable in-depth analyses of the feminist situation in Brazil, in addition to a *National Conference* (Rio de Janeiro, June 1995), with 700 women from thousands of kilometers apart in a country of continental dimensions, having travelled two, three, even four days, expressing in their faces, speeches, and proposals their daily struggles, marked by a diversity of region, race, ethnicity, age, sexual option, physical complexion, creed, and political participation.

By passing proposals and celebrating the serious nature of this process, the National Conference became a milestone, while the performances by state delegations and special guest artists were proof of feminism's reason for being: beyond its political nature, it is a cultural movement committed to the material and spiritual needs of human beings. It was both simple and representative. Fatigue gave way to the pride of having once again succeeded in our personal and collective commitment.

Yes, our road to China, with all this activity, is undeniable proof of a year and a half of work by Brazilian women: hours of work salvaged from our already overburdened schedules. In addition, it is a response to those who claim the fragmentation of organized civil society, shedding doubt on the possibilities and potential for collective action and worshipping explicit neoliberalism in the overvaluing of individual action. And while not everything is a bed of roses, this beautiful garden has still not lost its enchantment as an ideal to be pursued.

OUR INTERNATIONAL ACTIONS

For Brazilian women, Beijing has also meant a greater articulation with Latin America. The first initiative in this approach to the 4th Conference was our involvement in the movement to ensure that the head of the *Regional Coordinating Body of NGOs for Latin America and the Caribbean* be a woman who was openly committed to and identified with the Latin American women's issue from a feminist perspective.

After having established the *Articulation of Brazilian Women* and the *Executive Secretariat*, we were called on regularly to give our opinions on joint actions needed to materialize the Latin American network. We proposed the formal creation of a "Latin American committee" to support the *Regional Coordinating Body of NGOs*, meanwhile also guaranteeing a broader political operability for the six focal points of the six Latin American sub-regions: the Southern Cone; Andean Region; Brazil; Central America; Mexico; and the Caribbean. At that point in time, this structure was absolutely necessary for holding the *Forum of NGOs from Latin America and the Caribbean (Mar del Plata, September 1994)*.

As is well-known, the main objectives of the *Mar del Plata Forum* were the following: to provide visibility for mobilization of women in the region; to promote publicity for our proposals; to draft a *Regional NGO Document* and prepare negotiations with governments during the *Sixth Regional Conference on Integration of Women in Economic and Social Development in Latin America and the Caribbean (Mar del Plata, September 1994 - following the NGO Forum)*; and to define our regional agenda based on the results of these two major meetings (nongovernmental and governmental).

Brazilian women were heavily represented in the *Mar del Plata Forum*, the most significant Latin American and Caribbean meeting for Beijing, with 1200 women from 41 countries. There were over 100 women from various states in the Brazilian delegation, intervening in a broad range of issues: citizenship, political participation, communications, development model, violence and human rights, and the specific expression and claims of black, young, indigenous, and lesbian women and women with disabilities. We shared with other Latin American women not only our concerns, but also our willingness to draft a pluralistic document.

All this political content and disposition also served as a passport vis-à-vis the official Brazilian government delegation, which incorporated two representatives from the *Articulation of Brazilian Women* at the *Sixth Regional Conference*, the objective of which was to approve the *Regional Action Program for Women from Latin America and the Caribbean - 1995-2001* and to serve as a regional preparatory meeting for the 4th World Conference. It is important to cite that the official Brazilian government delegation also included feminists who closely followed the drafting work on the *General Report on Women in Brazilian Society*.

Following Mar del Plata, there were a number of other meetings and joint actions including representatives from the six sub-regions: an evaluation of the Mar del Plata Forum itself; a follow-up on the Sixth Regional Conference (November 1994); creation of Working Committees with the Regional Coordinating Body of NGOs - Instrument for Negotiation, Lobbying, Communications, and Cultural Symbology, with Brazilian women present in all of them; analysis and proposals for the Action Platform; participation in the last preparatory conference for the 4th Conference (March 1995); and the meeting of World Networks (June 1995). All this effort aimed at consensus and common strategies, deepening of alliances, and shared responsibilities at the national and international level.

ACTIVITY VIS-À-VIS INTERNATIONAL COOPERATION

We are all aware of the difficulties encountered in making international cooperative agencies sensitive to supporting activities developed by and for women, and the experience was no different for the *Articulation of Brazilian Women*. If it had not been for the United Nations Fund for Women (UNIFEM) and the Ford Foundation, subsequent ne-

gotiations with the Canadian International Development Agency (CIDA/AICD), UNICEF, OXFAM, GTZ, MacArthur Foundation, and the Project Consultancy and Support Service of the Federation of Social and Educational Assistance Agencies (SAAP/FASE) would have been more difficult.

Beyond learning to negotiate, without losing sight of our objectives, we developed the ability to convince, make compromises, and assume joint responsibility. We did not want just resources, but adherence to the ideas, form, and value of the meaning of the word "partnership". Still, it is a fact that we need to take many more collective steps towards guaranteeing attention for women's needs in various dimensions of our lives.

Contribution of Brazilian Women's Organizations to the Action Platform

Women's organizations meeting in the Brazilian National Conference "On the Road to Beijing" from June 15 to 18, 1995, as part of the preparatory process for the 4th World Conference on Women, identified a number of priorities and proposed to the Brazilian Government and other governments of Latin America and the Caribbean - as a contribution to the Action Platform - that they adopt the following political commitments and measures:

1. To reaffirm at the 4th World Conference on Women the gains obtained at the Conference on Environment and Development (1992), the Conference on Human Rights (1993), and the Summit Meeting on Social Development (1995), pressing forward beyond their limitations and preventing any reversal regarding the agreements already reached.
2. To adopt the concept of *gender* in the Action Platform, since it refers to the social construction of *male* and *female* and the relations established between men and women, and since the term *sex* is restrictive and refers only to the biological condition, overlooking that discrimination and inequalities are cultural, social, and economic in nature.
3. To establish monitoring mechanisms to ensure the effective implementation of proposals contained in the Action Platform.
4. To guarantee the resources needed to fulfill the Action Platform.
5. To reaffirm that all Human Rights are universal, indivisible, interdependent, and interrelated, recognizing the violation of women's rights as a violation of human rights.
6. To establish priority for and fulfillment of the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women and the Inter-American Convention to Prevent and Eradicate Violence Against Women.
7. To recognize that the construction and strengthening of democracy requires full participation by women in equal conditions with men. To guarantee civil, political, reproductive, sexual, social, and cultural rights for women and men, aimed at the full exercise of citizenship and end of social inequalities.
8. To seek integrated and self-sustained development, committed to social justice and taking citizenship as its center, implementing social policies to combat social, ethnic, and gender-based inequalities, with a view towards eliminating all forms of oppression and violence. To recognize priority in social policies, investment in human resources, the search for environmental sustainability, incentives for agricultural activities, and democratization of access to land, rural credit, and farm produce marketing structures.

9. To establish eradication of poverty as a government goal, a social, political, and economic imperative, including generation of jobs and universal, equitable access to integrated health care and non-discriminatory, public, free, and high-quality education.

10. To transform and restructure the public sector, deepening its role as the main party responsible for social policies. To remodel institutions and practices in order to promote greater representation, participation, and responsibility vis-à-vis citizens.

11. To ensure that the public sector adhere to the principle of social well-being, committing itself to public policies for women, with programs to promote equal opportunities and social mobility, especially for poor women and women from ethnic and racial groups that have been victimized by social exclusion, by use of legal sanctions against discrimination on the basis of race, ethnic identity, gender, disability, or sexual preference in various spheres of social life.

12. To incorporate the gender perspective into planning, defining, and implementing public policies.

13. To expand the job supply with equal opportunities for women and men, eliminating the gap between them, promoting affirmative action to favor racial desegregation in jobs and training.

14. To guarantee the right to work for all women, adopting specific measures to monitor and prevent discriminatory practices in access to formal labor for young, married, black, indigenous, pregnant, and elderly women and women with disabilities.

15. To guarantee the right to land, credit, and training in production and management for rural working women.

16. To integrate indigenous women into all levels of national development planning, recognizing their multicultural and multilingual character.

17. To promote the struggle against violence against women, as expressed in all spheres of personal and public life.

18. To guarantee the struggle against racial and ethnic violence.

19. To establish measures for multilateral international cooperation to combat all forms of violence, sexual exploitation, and trafficking of women, children, and adolescents and promotion of sex tourism.

20. To control and provide strict punishment for tourist agencies that directly or indirectly exploit prostitution of women, children, and adolescents.

21. To guarantee, through the public health system, the right to integrated women's health care in all stages of life, with attention to racial and ethnic specificities, access to contraceptive methods with medical orientation, and the performing of abortions.

22. To implement public campaigns aimed at informing the female population about issues such as STD/AIDS, cervical cancer, breast cancer, and other preventable diseases.

23. To implement programs to reduce maternal and perinatal mortality.

24. To create and implement, in the health system, services for HIV prevention and support and orientation for people with HIV/AIDS and other socially stigmatized diseases. To provide rapid, safe access to HIV testing.

25. To create ethics committees to monitor research on conceptive and contraceptive technologies and equipment and drugs from the field of medicine and aesthetics.

26. To provide conditions for the full exercise of citizenship and rights of women with disabilities, establishing and guaranteeing access to education, jobs, recreation, health services, and medicines, eliminating architectural barriers, adapting means of transportation, and creating assistance clearinghouses and information services.

27. To promote integrated education with a gender perspective, oriented towards the full development of human dignity, changing discriminatory cultural standards and contributing to an egalitarian society.

28. To implement public policies facilitating women's access to education. To adopt projects devoted to adult education, observing the reality of today's women.

29. To combat the reproduction of discriminatory ideas, values, and practices against women and ethnic and racial groups in teaching manuals, course curricula, textbooks, and curricular and extracurricular activities.

30. To guarantee that all statistical systems include a gender perspective, in data collection, breakdown by sex, age, ethnicity, and race, and analysis.

31. To include the work of social reproduction in statistics and national accounting.

32. To guarantee democratization of the communications media, access by women to the media, and transmission of non-discriminatory images and contents that show the plurality of the female gender.

33. To create mechanisms allowing for real, egalitarian participation by women in all levels of decision-making in society.

34. To strengthen an agency specialized in drafting, coordinating, evaluating, and monitoring public policies devoted to the specificity of women and the search for gender equity. To ensure that this agency occupy an upper echelon in the executive branch, with administrative and budget management autonomy, with financial resources defined in the government budgets.

35. To create women's committees working with international funding agencies to guarantee a gender perspective in development projects.

36. To guarantee the role of women's organizations in monitoring the implementation of the Action Platform.

DADOS GERAIS E SOBRE O BRASIL

1. Área total: 8 511 996 km²
2. Divisão político administrativa: 26 Estados e 1 Distrito Federal
3. População total: 146 917 459*
4. População urbana: 110 875 826*
5. População rural: 36 041 633*
6. População branca: 81 407 395(55%)**
7. População não branca: 65 086 298 (44%)**
8. População de origem asiática: 811 181 (1%)**
9. População feminina branca: 41 935 032 (56%)**
10. População feminina não branca: 32 585 280 (43%)**
11. População feminina de origem asiática: 412 964 (0,5%)**
12. Taxa média geométrica de incremento anual de população na última década: (1,9%)*
13. Taxa de fecundidade em 1980: 4,4 filhos por mulher**
14. Taxa de fecundidade em 1991: 2,7 filhos por mulher*
15. Métodos contraceptivos por mulher entre 15 e 54 anos: pílula:16,2%; tabela: 2,5%; outros métodos: 3,3%; esterilizada: 15,8%; não utilizavam outros métodos:61,2%; sem declaração:1,1%****
16. Das mulheres esterilizadas, 47,5% tomaram essa decisão entre 15 e 29 anos ****
17. PEA feminina: 22 868 111 (35,4%)**
18. PEA masculina: 41 599 870 (65,5%)**
19. Taxa de atividade da população: 56,7%*
20. Taxa de atividade feminina: 39,2%**
21. Taxa de atividade masculina: 75,3%**
22. População entre 10 e 17 anos segundo a frequência escolar e inserção no mercado de trabalho: só estudam, 34,4%; só trabalham: 31,7%; estudam e trabalham: 19,5%; não estudam e nem trabalham: 31,7%**
23. Famílias chefiadas por mulheres com filhos e outros parentes dependentes: 15%**
24. Taxa de fecundidade: 2,7%***
25. Taxas anuais médias de crescimento do PIB: 1970-1980:8,6%; 1980-1990: 1,5% - Anuário Estatístico do Brasil 1992

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Sinopse Preliminar do Censo 1991

** IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 1990

*** Censo 1980

**** IBGE - Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento, Anticoncepção, 1986

COLABORAÇÃO ESPECIAL

Vera Soares

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Teresa G. Barros

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

HD Computação Gráfica

TRADUÇÃO/ESPAÑOL

Amália E. Fischer P.

TRADUÇÃO/INGLÊS

Christopher Peterson

Apoio
Agência Internacional Canadense de Desenvolvimento (AICD/CIDA)